

Empregabilidade e flexibilização nas narrativas sobre emprego e desemprego nas décadas de 1990 e 2000

Autor: Reginaldo Euzébio da Cruz¹

Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo – programa de pós-graduação do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em dezembro de 2015.

Resumo

Este artigo apresenta uma análise das narrativas sobre o desemprego como consequência da globalização e da política econômica na segunda metade da década de 1990 através de artigos, editoriais e reportagens publicadas no jornal Folha de São Paulo. O texto busca nos termos flexibilização e empregabilidade a construção da narrativa criada para justificar e apontar saídas para o desemprego fora da política econômica.

Em seguida, é feita uma análise do discurso sobre a relação do baixo desemprego e inflação na década de 2000 e por fim uma breve análise do discurso produzido pela imprensa sindical no referido período.

Abstract

This paper presents an analysis of the speeches about unemployment under the globalization and the economic policy adopted during the 1990s observing articles, editorials and reports published at the newspaper *Folha de São Paulo*. The survey looks for the words flexibility and employability to build the speeches to justify and point solutions for the unemployment out of economic policy.

In sequence, this text presents an analysis over the effects of the low unemployment over the inflation and, finally, presents an analysis about the resistance speeches in the Workers Union media.

¹ Jornalista, graduado em Comunicação Social pela PUC-Campinas e pós-graduado em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp.

1. Introdução

As mudanças na estrutura produtiva nas décadas de 1980/1990 causaram impactos profundos nas relações de trabalho. A forma de produção verticalizada, característica da segunda revolução industrial até então vigente foi substituída por um modelo horizontalmente integrado. A pulverização da produção e a fragmentação da classe trabalhadora, consequência dos novos métodos gerenciais introduzidos nas empresas confrontaram as formas de organização e resistência dos trabalhadores.

Dentro da estrutura de produção horizontal, a narrativa construída coloca o indivíduo no centro do processo produtivo e o torna responsável pela própria sorte.

No plano ideológico, o discurso é o de que não há mais conflito de classes, uma vez que, neste contexto, o empregado, agora denominado colaborador, também passa a ser responsabilizado pelos resultados da empresa, por seu próprio ganho e ainda por sua própria empregabilidade, conforme observou Antunes (2005: p.53):

Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a autorrecriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). Ou se recrimina e se penitencia quando não se atinge a chamada “qualidade total”....,

As décadas finais do século XX apresentaram, portanto, não só um salto na tecnologia e nas mudanças no sistema produtivo. Implicaram ainda em novos desafios para o movimento sindical na resistência à uma ofensiva do capital, no avanço das políticas neoliberais que representaram consequências econômicas, comportamentais, ideológicas e culturais.

É neste contexto que se insere a disputa pela narrativa da implementação do projeto neoliberal no Brasil. Especificamente, em uma de suas consequências mais perversas, o desemprego. A busca é pela naturalização de uma situação

apresentada como inevitável, em que as saídas serão encontradas fora do mundo do trabalho, da política e da economia.

A regulamentação dos direitos trabalhistas passa a ser apresentada como entrave para que o mercado de trabalho possa funcionar adequadamente. A narrativa construída será a flexibilização de direitos em troca do emprego.

Do ponto de vista da construção da narrativa neoliberal, é necessário ter em conta o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa.

Não se trata apenas de disputa de narrativa inserida nestes meios. No contexto do capitalismo globalizado, das grandes corporações financeiras, os meios de comunicação de massa não são apenas constituídos de instrumento de dominação ideológica. Eles são parte do próprio sistema, de uma engrenagem de geração de lucros, produção e circulação de informações e de construção de consensos dentro dos interesses do mundo das finanças global.

Emiliano José, em trabalho no qual analisa o discurso midiático hegemônico na desconstrução dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988 anota que:

Os medias [meios de comunicação de massa], numa primeira aproximação, podem ser localizados, sobretudo em fases mais recentes, sob o capitalismo monopolista e sob hegemonia no capital financeiro, como parte da base econômica, à medida que, de um lado, as empresas que os compõem são hoje grandes conglomerados, envolvidos muitas vezes não só nos negócios da área de comunicações, como em tantos outros, e de outro lado, pelo fato de tais meios de comunicação, vistos sob um aspecto mais amplo, são elementos constitutivos, estruturantes deste atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, especialmente se se considera o predomínio do capital financeiro, dependente da rapidez de informações que só a infraestrutura dos media pode proporcionar (JOSÉ 2010, p. 111).

Assim, a naturalização das teses neoliberais como algo inexorável será o fio condutor de uma narrativa que identifica como problema o Estado, o gasto público, a legislação trabalhista arcaica, inibidora da ação dos empresários. A solução encontra-se na privatização, nos ajustes das contas públicas na flexibilização das relações de trabalho. A economia é retratada como algo autônomo, sem interferência da política.

Desta forma, reduz-se o espaço para o contraditório, para o debate de alternativas à narrativa neoliberal. Quando o há, o discurso é logo desqualificado como algo exótico, frutos de teses ultrapassadas, de ideologias envelhecidas. O

próprio conceito de ideologia é desconstruído diante da narrativa sobre a qual não existe alternativa à agenda neoliberal.

2. Contexto da política de emprego nos anos 1990 e legitimação da agenda neoliberal

Os anos 1980, no Brasil e em toda a América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Baixas taxas de crescimento do PIB e aceleração da inflação corroíam poder de compra dos salários e comprometia o nível de emprego.

O período de inflação alta deixou traumas profundos na sociedade brasileira. A corrosão do poder de compra atingia principalmente os estratos mais empobrecidos da população, que não contavam com mecanismos financeiros para proteger seus rendimentos.

Com uma sucessão de planos econômicos com objetivo de conter a inflação mal sucedidos e com o recrudescimento da alta de preços, o combate à inflação tornou-se o principal desafio da economia brasileira naquele período (e permaneceu, mesmo em períodos de inflação controlada, persistindo até os dias atuais).

O Plano Real, criado em 1994, obteve sucesso em controlar a inflação, o que lhe rendeu credibilidade para garantir a hegemonia das teses neoliberais que haviam sido iniciadas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e ganharam impulso definitivo nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Carneiro (2006, p.73) anota que:

As políticas de corte liberal lograram êxito na obtenção da estabilidade inflacionária. Suas ambições eram, todavia, mais amplas, ao propugnarem a construção de novas relações Estado-mercado capazes de engendrar um novo modelo de desenvolvimento. Sua tarefa inicial foi a desmontagem do padrão nacional-desenvolvimentista, às voltas com uma crescente perda de dinamismo após as mudanças internacionais dos anos 1970. As privatizações, acompanhadas das aberturas comercial e financeira, constituíram numa primeira etapa, suas mudanças prioritárias, realizadas em simultâneo com o programa de estabilização.

Porém os “efeitos colaterais” desta política começaram a ser sentidos ainda na década de 1990. Baixas taxas de crescimento econômico, alto índice de desemprego, perda de soberania e aumento da pobreza e da desigualdade de renda. A abrupta abertura da economia, as privatizações, o desmonte da

estrutura produtiva e a valorização artificial da moeda levaram à redução de postos de trabalho no setor produtivo e à precarização das relações de trabalho.

Pochmann (2001) demonstra que na década de 1990, além da diminuição de postos de trabalho, houve uma mudança no perfil do emprego a partir do processo de privatizações:

Não apenas o instrumento da demissão de empregados foi intensamente utilizado no antigo setor produtivo estatal, mas também destacou-se a adoção de medidas orientadas para maior intensificação do trabalho, através da implementação de novos programas de gestão de mão-de-obra. A terceirização, a subcontratação e a rotatividade constituíram os novos mecanismos adotados para a redução salarial e a subordinação dos empregados que restaram, com objetivo de gerar lucro a qualquer custo tanto para o setor estatal, como nas novas empresas privatizadas. Somente a taxa de rotatividade passou de 7,3%, em 1989, para 24,8% em 1999 (2001, p.31).

Mattoso (1999), observou que na década de 1990 a economia foi fortemente desestruturada pelo processo de retração das atividades produtivas e do desmonte da estrutura existente, sem nenhuma ação para substituí-las.

De acordo com o autor, em 1999, as taxas de desemprego medidas em algumas regiões metropolitanas do país haviam superado 20% da População Economicamente Ativa (PEA), cerca de 2,4 vezes ou 140% maior que os índices registrados ao final da década anterior.

Os anos 1990 representaram, portanto, uma regressão na política de emprego no Brasil. Sobre este período Mattoso anota o seguinte:

Ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos formais de trabalho na economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos que 1,8 milhão de empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os setores mais atingidos foram os da indústria têxtil (-364 mil), metalúrgica (-293 mil), química e produtos farmacêuticos (-204 mil) e material de transporte (-92 mil). A construção civil viu desaparecerem cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingindo (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra formal em cerca de 324 mil. Apenas apresentou comportamento positivo o heterogêneo subsetor de serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação e diversos (cerca de 160 mil). (1999, p.18)

A mudança na estrutura de emprego, além de impactos econômicos e sociais, trouxe ainda consequências à atuação do movimento sindical, levando a um período de regressão de direitos e ação defensiva. Conforme observou

Mattoso, por um lado a ação sindical foi restringida pela transformação regressiva na estrutura de trabalho e pelo aumento de desemprego, por outro lado entraram num movimento de resistência para garantia dos direitos existentes e não no avanço de novas conquistas:

Também houve uma desaceleração na quantidade de greves, com maior dispersão da ação sindical. Esta, empurrada pelo contexto de maiores dificuldades, dificilmente logrou a conquista de novos direitos, mas tão-somente a defesa dos existentes, cada vez mais ameaçados pela desregulamentação promovida pela adaptação patronal às políticas macroeconômicas e pela ofensiva governamental (1999, p.19).

Neste contexto, a construção da narrativa neoliberal buscou relativizar tais consequências e construir o discurso da modernidade; dos novos tempos que exigiam um novo tipo de trabalhador, em que não havia contradições de classe; da necessidade de flexibilizar direitos. Os veículos de comunicação de massa foram amplamente utilizados para dar voz à personalidades da academia, governamentais, empresariais e até sindicalistas que confirmavam a tese.

Sobre as contradições deste discurso Pochmann observou:

Durante a década de 1990 a economia brasileira tem passado por profundas modificações, responsáveis, em grande medida, pela ampliação do desemprego nacional. Por isso, a temática do desemprego foi associada, inicialmente, à busca de competitividade empresarial, à estabilização monetária, à rigidez do mercado de trabalho e à baixa qualificação dos trabalhadores.

Com o passar do tempo, contudo, essas hipóteses explicativas tornaram-se inconsistentes e insustentáveis diante da escalada do desemprego nacional, mesmo diante da recuperação do nível da atividade entre 1993 e 1997 e da implementação de medidas voltadas à flexibilização do mercado de trabalho e à elevação da escolaridade e da capacitação da mão de obra. Na desaceleração econômica pós 1997, as taxas de desemprego passaram a assumir proporções sem paralelo na história recente do país (2001. p.95).

Na sequência buscamos resgatar, em artigos selecionados, como tal discurso foi abordado no jornal impresso com maior tiragem no país, a Folha de São Paulo.

3. O discurso da empregabilidade e da flexibilização

No dia 23 de setembro de 1995 o jornal Folha de São Paulo publicou um artigo do então Ministro do Trabalho do governo de FHC, Paulo Paiva, sob o título “Modernizando as relações de Trabalho”. No texto, o ministro discorre sobre os efeitos do plano de estabilização econômica, alegando o bom

desempenho no Brasil dos efeitos adversos sobre a demanda agregada e ocupação. Paiva destaca que:

... a maior parte do aumento do desemprego observado recentemente deve-se à reestruturação tecnológica e à adoção de novas formas de organização do trabalho e de gerência que as empresas vêm realizando com objetivo de reduzir custos e aumentar a competitividade numa economia aberta. (PAIVA, P. Modernização das Relações de Trabalho, *Folha de São Paulo*. São Paulo, Caderno Opinião, 23 set. 1995)

O então Ministro conclui o artigo apontando as saídas para o problema do desemprego na visão do governo que se iniciava:

Todavia, para enfrentar as mudanças no nível e na composição do emprego geradas pela inserção de nosso país em uma economia globalizada, **teremos de flexibilizar as relações de trabalho**, reduzir encargos sobre a folha de salários e aumentar o investimento na educação básica profissional. Enfim, aumentar, por meio da livre negociação, o comando dos sindicatos sobre o emprego de seus afiliados e elevar a empregabilidade da força de trabalho (Idem, grifos meus).

No dia 4 de julho de 1996, um artigo com o título “São Paulo e a demissão voluntária” o então Secretário de Administração e Modernização do Serviço Público do Governo do Estado de São Paulo (gestão de Mário Covas – PSDB), Fernando Carmona, comemorava o sucesso do Programa de Demissões Voluntárias (PDV), que tinha o objetivo de “*oferecer a possibilidade de desligamento incentivado a cerca de 310 mil colaboradores (de um total aproximado de 580 mil servidores) ...*”.

Neste artigo apresentam-se as premissas básicas de qual seria a narrativa justificadora da política implementada naquele período. Nas palavras do Secretário, o PDV não se tratava de um processo de demissão em massa de servidores públicos, mas sim da abertura de uma possibilidade para que “colaboradores” pudessem se desligar do serviço público estadual.

No segundo parágrafo do referido artigo, Carmona busca no termo revolução a justificativa para o PDV:

O que há de essencial numa iniciativa como o PDV é que São Paulo, depois de muitos anos de ufanismo irresponsável, está enfrentando os seus problemas. O PDV, ao encarar de frente a questão do ajuste de Estado, recupera a proposição lançada, ainda na campanha eleitoral, pelo governador Mário Covas, qual seja buscar uma postura revolucionária. (CARMONA, F. São Paulo e a demissão voluntária. *Folha de São Paulo* São Paulo, Caderno Opinião, 4 jun. 1996).

É possível observar ainda no artigo que as demissões são colocadas como uma política de Estado. Com incentivos, apoio financeiro e qualificação

para a retomada da vida profissional, seja na condição de assalariado, como empreendedor, o Estado, nas palavras de Carmona, oferecia aos servidores uma oportunidade de “repensar a vida”.

Modernização, bons resultados, concertar os desajustes do passado, necessidade e urgência são as palavras escolhidas pelo Secretário para concluir o artigo apontado para a inevitabilidade da política adotada.

Em editorial publicado no dia 12 de abril de 1998, com o título “Proposta para o emprego”, a Folha de São Paulo publica as propostas anunciadas pelo recém nomeado Ministro do Trabalho, Edward Amadeo, para a questão do desemprego.

O novo Ministro defendia, entre outras propostas, o fim do imposto e da unicidade sindical e que os trabalhadores participassem das discussões sobre demissões e contratações. Mas o que o jornal saudava era proposta de flexibilização dos contratos de trabalho e desoneração dos encargos, conforme extraímos no trecho abaixo:

A política macroeconômica impede taxas de crescimento e o desemprego atinge níveis recordes nas principais regiões metropolitanas do país. Portanto o ministro faz bem ao defender igualmente medidas de ampliação do emprego, como a implementação dos contratos temporários de trabalho (desonerados de encargos indiretos). (EDITORIAL. Proposta para o Emprego. Folha de São Paulo. São Paulo. Caderno Opinião, 12 abr. 1998).

Quatro meses depois do editorial citado acima, no dia 16 de agosto de 1998 foi publicado um artigo de Amadeo no caderno Opinião, com o título “Para preservar bons empregos”. O Ministro anuncia que o Brasil deu o primeiro passo “rumo a uma vasta reforma trabalhista, segundo ele acertados em convergência de interesses entre centrais sindicais, associações patronais e juristas. Embora se tratasse de um longo tema, o centro do passo da reforma trabalhista anunciado por Amadeo era o fim do imposto e da unicidade sindical, além de que:

... a valorização da negociação coletiva como foro privilegiado de formação de compromissos entre capital e trabalho aproximarão empregados e empregadores em torno de mesas de negociações (elemento básico para a preservação de empregos) e erradicação, de uma vez por todas, os traços mais corporativistas da legislação trabalhista brasileira. (AMADEO, E. Para preservar bons empregos. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, p.2. 16 ago.1998).

Duas reportagens no mesmo jornal naquele período constituem uma interessante referência sobre o pensamento do Ministro Edward Amadeo sobre a questão do desemprego.

No dia 1º de agosto de 1998, uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, no caderno mercado, trazia o seguinte título: “Demissão é opção, diz Amadeo”. Conforme informava a reportagem, tratava-se da demissão temporária, ou suspensão do contrato de trabalho. O modelo idealizado e mais tarde implementado foi inspirado ao existente nos Estados Unidos, chamado “*lay-off*”, em que os trabalhadores são afastados da empresa nos períodos de baixa produtividade.

Em outra reportagem, publicada no dia 7 de setembro de 1998, o título era o seguinte: “Juro maior favorece o emprego, diz Amadeo”. Conforme mostra a reportagem, o ministro havia afirmado que o aumento da taxa de juros era bom para o mercado de trabalho e que a medida poderia aumentar o desemprego a curto prazo, mas ele esperava uma recuperação para o Natal daquele ano. Amadeo defendia a coragem da equipe econômica em aumentar a taxa de juros e saudava a transparência da medida². Nas palavras do então Ministro do Trabalho:

A incerteza é a principal inimiga da geração de empregos. Com as medidas tomadas a tempo pelo governo, as empresas poderão reencontrar tranquilidade para gerar novos empregos.³

4. A narrativa especializada e as “receitas amargas”

Em 1996 ainda estavam em brasa os escombros da guerra fratricida nos Bálcãs que resultou na fragmentação da antiga Iugoslávia. É neste país que Roberto Campos buscou referência para desqualificar a Justiça do Trabalho no Brasil e delinear a narrativa sobre a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, em artigo publicado no dia 29 de setembro de 1996, sob o título “Sobre originalidade e paradoxo”.

Criticando contradições que ele enxergava na economia brasileira, Campos afirmava que, entre as excentricidades do país está o fato de sermos:

² A taxa de juros estabelecida em 2 setembro de 1998 foi 25,49%. Em reunião extraordinária do Copom, no dia 10 de setembro, foi reajustada para 40,18%. Fonte Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>

³ Juro maior favorece emprego, diz Amadeo. Reportagem publicada na Folha de São Paulo no dia 7 de setembro de 1998. Free lance para a Folha.

... junto com a ex-Iugoslávia, o único país que tem uma justiça especializada do trabalho, à qual cabe não apenas julgar “conflito de direitos”, mas também dirimir conflitos econômicos (CAMPOS, R. Sobre originalidade e paradoxo. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Brasil, 29 set. 1996)

Outro paradoxo que impedia o país de se desenvolver, na visão de Campos, era a perversa combinação de burocracia, fiscal e previdenciária, *que subtrai dinheiro que deveria ir para o bolso do trabalhador*. Isso explicaria o fato de sermos um país de salários baixos e mão-de-obra cara.

Campos faz ainda referência ao seminário “Custos de Transação no Mercado de Trabalho Brasileiro”, realizado pelo Instituto Liberal e pela Fundação Álvares Penteado, realizado em São Paulo naquele mesmo setembro de 1996, que apresentava os problemas e apontava as soluções para o mercado de trabalho brasileiro. Citando estudos dos professores Roberto Fredt e Amaury Temporal, apresentados no referido Seminário, Campos busca nas palavras *dramatização* e *absurdo* a definição da regulação trabalhista no Brasil. Engessamento, fábrica de conflitos e permissividade são os termos escolhidos para descrever a CLT e a Constituição de 1988, que na verdade seria um mecanismo que, ao invés de proteger o trabalhador, o prejudicaria, segundo Campos:

O **engessamento** minucioso das relações de trabalhistas pela CLT de Getúlio e a **permissividade** da Constituição de 1988 transformaram o trabalhismo brasileiro numa **fábrica de conflitos**. (...)

As consequências disto são custos altos, morosidade na solução dos conflitos e baixa previsibilidade. Reduz-se assim a taxa de ‘empregabilidade’ no setor formal. Hoje metade da mão-de-obra está no setor informal, o que significa que a tentativa governamental de proteger demasiado o trabalhador acaba protegendo-o de menos (Idem. Grifos meus).

Dentro desta narrativa pode-se depreender que o trabalhador brasileiro é um privilegiado, superprotegido pelo Estado contra indefesos empresários.

O contexto latino-americano também é enfatizado no artigo. Campos cita entrevista do ex-ministro argentino Domingos Cavallo, em que ele afirma que uma das falhas do processo de estabilização na Argentina foi não ter buscado no primeiro pacote de reformas a flexibilização das relações trabalhistas.

Ao mostrar o “erro” na implementação do projeto neoliberal no país vizinho, Campos aponta o que poderia ocorrer com o Brasil:

Aumentar a taxa de 'empregabilidade' tornou-se um imperativo existencial no país vizinho (o mesmo nos acontecerá em breve). Isso forçou o governo a propor medidas politicamente impopulares de flexibilização trabalhista, através de contratos temporários de trabalho com dispensa de contribuições sociais, liberdade de organização sindical e mesmo a criação de duas fatias salariais: uma fatia básica estável, e uma flexível, para permitir às empresas enfrentarem conjunturas desfavoráveis de mercado. Esse aliás, o segredo das empresas japonesas, que exibem desemprego menor que no Ocidente (Ibidem)

Busca-se, portanto, legitimar a construção de um novo paradigma nas relações de trabalho. A falta de qualificação do trabalhador brasileiro e a excessiva proteção da legislação são apontadas como vilãs do desemprego crescente. Não se trata de consequência do ajuste econômico. Os trechos reproduzidos abaixo sintetizam a narrativa:

No Brasil a inempregabilidade resultante dos encargos trabalhistas tem se traduzido menos em desemprego aberto do que num enorme crescimento da economia informal...

A elevação de nossa taxa de "empregabilidade" exige reformas tão importantes quanto a administrativa, a fiscal e a previdenciária. No aludido seminário do IL-FAP, foi proposto um ousado elenco de medidas de desregulamentação da legislação trabalhista, envolvendo a abolição da unicidade sindical, a extinção da compulsoriedade da contribuição, a ampliação do contrato coletivo de trabalho, a flexibilização da jornada de trabalho e a reestruturação da Justiça do Trabalho..." (Idem, Ibidem)

Cabe observar que as palavras com as quais Roberto Campos conclui o artigo remetem ao mantra neoliberal da época, criado pela primeira ministra britânica Margareth Thatcher – *There is Not Alternative (Tina)*. Na advertência de Campos:

É ilusório pensar que essas reformas são opcionais. Se não as fizermos estaremos nos condenando à mediocridade e renunciando a modernidade. (Idem, Ibidem)

Em abril 1996, o governo FHC sancionou a adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (que coíbe demissões imotivadas), para denunciá-la logo depois, em novembro do mesmo ano. Tal fato foi comemorado pelo ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Lima Godoy.

Godoy critica o que ele chama de visão paternalista regulamentadora que estaria sendo superada por uma "ação educadora e de promoção de empregados e empregadores para a competitividade".

Novamente temos a narrativa pretensamente neutra sobre a empregabilidade e de saídas fora da política econômica para resolver o problema do desemprego, conforme destacamos nos trechos reproduzidos abaixo:

A garantia do emprego, hoje, só pode ocorrer da “empregabilidade”, isto é, da capacidade do trabalhador em manter-se profissionalmente atualizado e competente, acompanhando a vertiginosa corrida tecnológica ...

Agora, sim, estamos de passo certo para marcharmos juntos, empresas e entidades públicas e privadas (como Sesi, Senai e os outros “S”), inclusive os sindicatos para “oportunizar” aos trabalhadores a busca da “empregabilidade”, esta sim uma garantia real de emprego e fator essencial à competitividade de nossa economia (Godoy, L. Coragem para revisar o erro. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 30 nov. 1996)

O articulista ressalta que a empregabilidade é a garantia real de manter-se empregado num contexto de desemprego. Nesta ótica, é mostrado como um ato de coragem do governo brasileiro em denunciar a Convenção 158 que protegeria o trabalhador brasileiro contra demissão arbitrária.

5. A narrativa da responsabilização dos trabalhadores

Em consonância com o discurso que estava sendo construído, tanto por parte do Governo, como por intelectuais e representantes patronais, no dia 28 de maio de 1995 a Folha de São publicou uma reportagem, sob o título “É bom cuidar da empregabilidade”, no qual, logo na abertura, apresenta uma ameaça aos servidores públicos:

Funcionários de órgãos públicos e estatais **que ainda têm emprego** não devem se descuidar de seu grau de empregabilidade – mesmo os que não podem ser demitidos (grifos meus)⁴.

A reportagem alertava sobre a possibilidade de demissão no serviço público e aconselhava aos servidores manterem-se atraentes para serem aceitos pelas empresas privadas. Há desqualificação do serviço público na reportagem ao afirmar que *salário, ambiente de trabalho e possibilidade de carreira* são fatores que podem fazer o servidor a “jogar” para o alto a estabilidade. Assim, depreende-se desta reportagem que tais atributos só seriam possíveis no setor privado – moderno e eficiente. No serviço público estariam os acomodados e ineficientes. Daí o conselho o final, com caráter de urgência:

⁴ É bom cuidar da empregabilidade. Reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo, edição de 28 de maio de 1995, Caderno Empregos, assinada por Denise Chrispin Marin

O funcionário não deve esperar que o governo pense em sua carreira. Deve tomar as rédeas e planejar periodicamente seu desenvolvimento profissional, com metas bem definidas. Por exemplo: programar ainda para este ano um curso de reciclagem profissional ou de aperfeiçoamento em algum idioma⁵.

Empregabilidade e responsabilização é a tônica de outra reportagem publicada no Dia do Trabalhador de 1997, com o título “Salário por Empregabilidade”. A novidade apresentada é um sistema de remuneração desenvolvido por empresas norte-americanas que estimula o aperfeiçoamento do funcionário vinculando o salário às sua capacidade de flexibilização na execução das tarefas. O discurso mostra a exigência de um novo tipo de trabalhador, o do século XXI, que deverá ser mais do que mão-de-obra, mas também parceiro da empresa. O *lead*⁶ traz a seguinte informação:

Empresas começam a adotar um novo sistema de remuneração para estimular o aperfeiçoamento do funcionário e aumentar a competitividade. O sistema é baseado nas habilidades do empregado. Trazido dos Estados Unidos, esse novo método privilegia a versatilidade do trabalhador. O que interessa é sua flexibilidade na execução das tarefas, não seu cargo⁷.

O discurso mantém a tônica de colocar ao trabalhador a responsabilidade por manter-se empregado. Uma declaração do então gerente de recursos humanos da Du Pont, empresa fabricante de fio elastano (lycra) localizada em Paulínia (SP), aponta qual deve ser o perfil do empregado moderno, o trabalhador do século XXI:

O operador do próximo século será aquele que pode executar várias tarefas numa fábrica. Não vamos mais falar em mão-de-obra, mas em pessoas que pensam em trazer ideias para a empresa. A carreira está na mão do empregado⁸.

A construção do discurso da responsabilização dos trabalhadores e a flexibilização das relações de trabalho aparecem também nas referências modernizantes na Europa, agora com o discurso vindo do representante do que na época foi chamado de novo trabalhismo inglês, o premiê Tony Blair, que ascendera ao poder em 1997.

⁵ Idem

⁶ Jargão jornalístico que define o parágrafo de abertura da reportagem. Geralmente apresenta a principal informação do texto.

⁷ Salário por habilidade ganha espaço. Reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo, edição do dia 1º de maio de 1997, caderno Mercado, assinada por Fátima Fernandes.

⁸ Idem

Em reportagem publicada no dia 21 de junho de 1997, no caderno Mundo, com o título “Blair quer mais preparação para o emprego”, sobre a presença de Blair na reunião do G7, o jornalista Clovis Rossi apresenta as credenciais do novo premiê: *flexibilizar o mercado de trabalho e dar ênfase à empregabilidade, em vez de programas oficiais de geração de empregos.*

O texto informa que o discurso de Blair estava em sintonia com o do então presidente do Estados Unidos, o democrata Bill Clinton, que foi anfitrião daquela reunião do G7 realizada na cidade de Denver (EUA). Rossi lembra que pouco antes daquela reunião, os chefes de governo britânico e norte-americano já haviam proposto um programa de emprego na mesma linha, durante as comemorações de 50º aniversário do Plano Marshall.

Como se pode notar, o discurso delineado tanto pelos representantes do governo, do setor privado ou de “analistas”, apoiava-se também no contexto externo, especialmente nas políticas que vinham sendo aplicadas nos países centrais do capitalismo.

6. O discurso da flexibilização – um bombardeio sobre a CLT

Em sintonia com o discurso que vinha se tornando hegemônico nos anos 1990, um setor do movimento sindical, notadamente a Força Sindical, aparece com destaque no noticiário da Folha de São Paulo no período.

Flexibilização e precarização das condições de trabalho aparecem como alternativas ao desemprego em proposta apresentada pelo sindicalista Paulo Pereira da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Paulinho da Força, como ficou conhecido, coloca o desemprego como efeito colateral da política monetária implementada pelo governo para controlar a inflação e como consequência dos processos de reestruturação tecnológica ao qual as empresas passavam. Para o sindicalista, era necessário ousadia para enfrentar o problema. Assim, propunha que:

Para enfrentar o desemprego, não importa se ele é estrutural ou conjuntural, propus uma ideia, ou melhor duas: flexibilização da jornada de trabalho, prática comum na Europa e no Japão, e a contratação de pessoas como menos de 18 e mais de 45 anos por prazo determinado, sem o pagamento de alguns encargos trabalhistas. Em troca, governo e empresários concordariam em reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários. (SILVA, P. Revolução pelo trabalho. Folha de São Paulo. São Paulo. Caderno Opinião, 10 out. 1995)

Silva reforça seu argumento afirmando que tais medidas iriam gerar 80 mil novos empregos somente entre os metalúrgicos representados pela Força Sindical. Em sua narrativa, a ideia era tão boa e revolucionária que só podia estar contra quem não havia entendido ou porque estava preso aos velhos dogmas da “arcaica” CLT, conforme extraímos do trecho abaixo:

Quem entendeu aprovou. Vamos então explica-la direitinho: nossa proposta pressupõe abandonar velhos pressupostos do passado, atropelar a sexagenária CLT e consolidar uma parceria franca com o empresariado, assim como a aceitação, pelo governo e pela sociedade, de algumas mudanças na lei. (Idem)

Na conclusão do texto, o sindicalista alerta para os novos tempos que se anunciavam, com as mudanças nos paradigmas das relações sociais e do trabalho. Assim, as propostas apresentadas representariam nada mais que o novo, para colocar no Brasil na rota da modernidade:

O Brasil precisa de reformas estruturais profundas para se inserir neste mundo de relações globalizadas, de inovações tecnológicas e de novas exigências, tanto educacionais como culturais. O Brasil precisa de ideias novas (Ibidem)

Algumas das ideias novas apresentadas pelo dirigente da Força Sindical foram de fato implementadas, como a jornada flexível e o contrato temporário. O que elas não representaram foi o avanço anunciado como revolucionário. Antes, favoreceu a precarização das relações de trabalho, sem alterar a situação de desemprego.

Em outro artigo Paulo Pereira da Silva comemora o rápido “amadurecimento” do sindicalismo brasileiro diante na nova realidade econômica que se impunha no âmbito doméstico e mundial. O motivo de tal constatação é um acordo entre o governo e as centrais sindicais em torno das reformas na Previdência Social⁹.

No texto, o sindicalista aponta a existência de 5 milhões de desempregados ou trabalhando sem registro (ele não cita uma fonte) e que, mesmo com o acordo, a Previdência Social só seria viabilizada quando a questão do desemprego fosse resolvida. Ele aproveita a discussão colocada para

⁹ Acordo entre Governo Fernando Henrique Cardoso e as três principais centrais sindicais da época, CUT, Força Sindical e CGT, sobre pontos da reforma da Previdência Social. A acordo estabeleceu, entre outros pontos, a aposentadoria por tempo de contribuição, de 35 anos para homens e 30 para mulheres. Tal acordo não chegou a ser formalmente assinado, conforme informação de reportagem da Folha de São Paulo, edição de 19 de janeiro de 1996.

retomar as propostas que já havia apresentado anteriormente e acrescenta ainda alguns pontos, com destaque que era preciso cortar (mais!) dos direitos do trabalho:

... cada um precisa cortar mais da própria carne. Precisamos acabar com velhos tabus, e aí reside o ponto mais delicado de todo o processo. É um desafio acabarmos com os variados encargos sociais que encarecem as contratações e deixam milhares de trabalhadores na economia informal. (SILVA, P. A hora e a vez do pacto pelo emprego. Folha de São Paulo. São Paulo. Caderno Opinião, 21 jan. 1996)

Assim, o sindicalista retoma o discurso da culpabilização da legislação trabalhista e dos mecanismos de proteção do trabalho como responsáveis pelo aumento do desemprego e da precarização.

Por fim, o artigo ainda remete à necessidade de uma reforma sindical, que passava pelo fim do imposto sindical, adoção do pluralismo sindical e legalização das Centrais Sindicais.

A Folha de São Paulo publicou um editorial no dia 13 de março de 1996 em que mostra sua satisfação ao ver que representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) também se mostravam dispostos a se enquadrarem na nova realidade do mundo do trabalho. O editorial é iniciado com o seguinte parágrafo:

A disposição do presidente da Confederação dos Metalúrgicos da CUT, Heiguiberto Guiba Navarro, de discutir a flexibilização dos termos de contratação mostra que alguns tabus começam a cair por terra e que as lideranças sindicais do país estão evoluindo ao perceber a questão trabalhista mais como parceria do que como puro confronto. (EDITORIAL. Maturidade Sindical. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 13 mar. 1996)

Ao utilizar o termo evoluir, o editorial reforça uma vez mais a narrativa do movimento sindical como algo atrasado, preso a um tempo que precisava ser superado. Neste sentido, o texto retoma alguns dos preceitos da flexibilização de direitos como forma de manutenção do emprego e saúda alguns acordos feitos no setor metalúrgico que corroboram a tese defendida:

De fato, no setor metalúrgico já estão em vigor alguns acordos que ultrapassam o rígido arcabouço da CLT. Em novembro último, a Ford e a Scania acertaram com o sindicato (filiação à CUT) a flexibilização da jornada, que, na primeira, poderá variar de 38 para 44 horas semanais e, na segunda empresa, de 32 para 44 horas. A jornada média foi reduzida, respectivamente, para 42 e 40 horas semanais. Os trabalhadores não tiveram seus rendimentos reduzidos, mas aceitaram que os salários subissem menos que a inflação. (Idem)

O jornal lamenta que os mesmos termos de negociação entre a FIESP e a Força Sindical tenha esbarrado na legislação, embora a iniciativa tivesse o mérito de projetar a discussão. A Folha celebra ainda o fato de que a CUT “*escapara da intransigência e aceitar discutir temas que, afinal, são de interesse dos próprios trabalhadores (Idem. Grifos meus)*”.

Assim, a conclusão do texto remete novamente à necessidade de modernização da sociedade brasileira e sinalização do novo modelo de sindicalismo, sem lugar para conflitos de classe. Para a Folha de São Paulo:

De um modo geral, a postura negociadora de importantes lideranças sindicais do país, ainda que incipiente, é sinal de maturidade. Traz consigo a esperança de que a sociedade brasileira esteja mais arejada e, pouco a pouco, modernize-se. (Ibidem)

Paulo Pereira da Silva volta a defender a flexibilização da legislação trabalhista como saída para combater o desemprego ao anunciar um acordo de trabalho especial fechado entre os metalúrgicos de São Paulo, grupo patronal e pela metalúrgica Aliança¹⁰.

Silva cita uma pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa e Análise que mostra que mais de 70% dos metalúrgicos apoiaram o contrato e que cerca de 60% da categoria aceitaria discutir a flexibilização da CLT para que novos postos de trabalhos fossem abertos. Nas palavras de Paulo Pereira da Silva:

Essa aprovação da categoria demonstra principalmente que os trabalhadores compreendem que medidas objetivas devem ser colocadas em prática para conter o maior fantasma deste final de século, que é o desemprego. E o nosso contrato já demonstrou que, ao mesmo tempo em que diminui os encargos sociais e barateia as contratações, os direitos dos trabalhadores continuam integralmente preservados, tais como férias, 13º e abono de férias, além da convenção coletiva da categoria. O que os trabalhadores não toleram mais é a lengalenga geral sobre a questão do desemprego. (SILVA, P. Trabalhador não se alimenta de utopia. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 23 mar. 1996).

¹⁰ O acordo do setor metalúrgico de São Paulo, no início de 1996 (13/02/96), que visou reduzir inúmeros encargos sociais e fixar contratos sem carteira de trabalho. Ele foi chamado pelas partes de "contrato de trabalho individual flexível", quando aplicado a um único trabalhador e "contrato de trabalho coletivo flexível" quando aplicado a vários trabalhadores (Pastore, José. Custos de Transação e Flexibilização do Trabalho. Artigo apresentado no *Seminário sobre Custos de Transação*, CNI, Brasília, 1996. Disponível em http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_094.htm acessado em 12/10/2015)

O dirigente da Força Sindical se coloca como representante dos anseios da base metalúrgica ataca a falta de coragem da CUT de assumir a agenda neoliberal.

O que falta na CUT é coragem para discutir seriamente a questão do desemprego. A mesma coragem que faltou para enfrentar os privilegiados no combate da reforma da Previdência Social (Idem).

Interessante notar que o sindicalista busca nas palavras “seriedade” “coragem” e ataque aos “privilegiados” para legitimar a narrativa a qual sua agenda, em sintonia com governo e empresariado, buscavam superar a questão do desemprego e ainda combater injustiças que, segundo ele, estariam preservadas no sistema de Previdência Social.

A construção do discurso em defesa da flexibilização volta aparecer no editorial “Menos horas extras” publicado no dia 23 de maio de 1996. O texto traz elogios ao projeto de contrato de trabalho por tempo determinado feito pelo Ministério do Trabalho enumerando dois principais méritos: o de reduzir encargos sociais sobre novas contratações e favorecer a manutenção de empregos. O texto vai ao encontro das formulações apresentadas pelo sindicalista Paulo Pereira da Silva: não havia saída para a questão do desemprego dentro dos cânones econômicos vigentes. A solução seria adequar a legislação às necessidades das empresas e às oscilações do mercado. Assim, além da flexibilização das jornadas, o editorial, por outro lado, criticava o uso excessivo de horas extras nas empresas. Desta forma, a flexibilização do contrato de trabalho, conforme a Folha de São Paulo, teria o seguinte objetivo:

O objetivo do regime temporário é preservar ou ampliar o número de vagas. Assim, estabelece um conjunto de princípios coerentes para os novos assalariados sob novo contrato. Para essa parcela dos trabalhadores, a jornada poderá variar abaixo de 44 horas semanais, com a correspondente diminuição dos rendimentos; a redução de encargos e a eliminação da multa de rescisão facilitariam as contratações. E é por isso que consta do projeto um limite às horas extras para o contratados do novo regime. (EDITORIAL. Menos horas extras. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 23 mai. 1996)

Além de criar uma subcategoria de trabalhadores, contratados sob regime “especial” de precarização de direitos trabalhistas, a proposta trazia a novidade de criar uma espécie de regulamentação da desregulação, mas que nesta ótica colocaria o país em condições de enfrentar o desemprego estrutural.

A redução da jornada de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista é novamente abordada em reportagem publicada no caderno Mercado, no dia 23 de maio de 1997. A notícia é sobre uma nova proposta defendida pela Força Sindical, de reduzir a jornada semanal de 44 para 36 horas. A novidade é que a proposta anterior da central, de redução para 30 horas semanais havia sido abandonada em virtude da perda de arrecadação que poderia representar e não haveria acordo com o governo.

Porém, a condição para implementação da redução de jornada está a flexibilização. A reportagem reforça a ideia de “liberdade” nas negociações para a viabilização de acordos entre trabalhadores e empresários, conforme extraímos do trecho abaixo:

Na proposta de flexibilização da legislação trabalhista, o governo quer que empregados e empregadores tenham liberdade para negociar até mesmo redução de jornada, com redução de salários. Para isso será necessário mudar a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) que não permite a redução de salários.¹¹

O então presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, busca apontar uma narrativa de convergência de interesse entre trabalhadores e empresários, proporcionada pelas novas expectativas criada pela estabilidade econômica alcançada. O momento seria de “transforma-las em oportunidades”.

O texto de Lafer Piva aponta as deficiências na estrutura produtiva e na qualificação dos empregados como fatores de estrangimento do investimento e reivindica para o setor o desafio de se inserir competitivamente na economia global, com a condição da redução drástica de custos. A CLT é apontada como barreira ao desenvolvimento do mercado de trabalho e a flexibilização, apontada como modelo. Sutilmente o texto sugere uma competição entre os trabalhadores empregados, que não querem abrir mão de direitos conquistados, e os desempregados, que tendem a aceitar o que for necessário para ter emprego:

Para os empregados interessa manter o emprego e os direitos trabalhistas garantidos pela lei. Quem tem emprego não quer saber de perda de direitos, mas sempre se interessa por ganhar mais. Para desempregados, o importante é ter emprego. A continuar a inflexibilidade de nossa legislação trabalhista, a tendência será de aumento do trabalho informal, hoje já ultrapassando a faixa do emprego com carteira assinada ... (PIVA, L. Negociar para avançar. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 9 jun. 1997).

¹¹ Força Sindical quer jornada de 36 horas. Reportagem publicada na Folha de São Paulo, Caderno Mercado, edição de 23 de maio de 1997, assinada pela sucursal de Brasília.

Novamente aparece a narrativa da legislação trabalhista como constrangedora da geração de empregos, dos interesses convergentes entre trabalhadores e empresários e desqualificação de qualquer política contrária, ou que não seja racional, como aponta o texto. O desemprego assim, vai sendo construído como um drama social autônomo, a ser combatido com sacrifícios pelos que estão empregados, que devem ser generosos ao abrir mão de seus direitos para que todos possam trabalhar.

Dois representantes do pensamento conservador, José Pastore e Ives Gandra Martins assinam artigo publicado no caderno Mercado, no dia 13 de junho de 1997. O texto faz uma análise do “custo” de contratação da mão-de-obra no Brasil e chama de “pedágio legal” os encargos trabalhistas. O artigo polemiza sobre a questão de que os benefícios sociais constituem salários indiretos e pontua a diferença entre tais encargos, como férias remuneradas, que são encargos sociais que estão dispostos em lei e não podem ser objeto de negociação entre empresários e trabalhadores, enquanto salário (bônus, prêmios, participação nos lucros, entre outras formas de pagamentos diretos) seria a remuneração pelo trabalho realizado e, portanto, objeto de negociação.

Para os articulistas, a opção brasileira, pela garantia legal através da CLT levou a um modelo de muito encargo e pouco salário. Porém, conforme argumentam, os novos tempos exigiriam uma mudança na legislação, de modo a favorecer a livre negociação entre empregadores e empregados. A conclusão do artigo é a seguinte:

A revolução tecnológica e a globalização da economia determinaram mudanças profundas nos modos de produzir, administrar e vender, o que passou a requerer flexibilidade para contratar, descontratar e remunerar a mão de obra.

O modelo rígido e baseado em muitas imposições compulsórias é disfuncional e inviável. Já é hora de o Brasil adotar um sistema de mais negociação e menos legislação – que significa mais salários e menos encargos. (PASTORE, J. MARTINS, I.G. A tributação do trabalho no Brasil. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Mercado, 13 jun. 1997)

No contexto de alto desemprego que marcava o período, a CLT tornava-se a *Geni* no debate hegemônico sobre políticas de criação de emprego.

Ceder na questão salarial para garantir empregos. Uma situação de emergência exigiria sacrifícios, este era o imperativo inadiável, segundo opinião

da Folha de São Paulo publicada em editorial no dia 7 de dezembro de 1997.

Logo no primeiro parágrafo vem a recomendação:

Nos últimos dias, ganharam destaque as negociações entre sindicatos de trabalhadores e empresas. Diante do cenário recessivo que parece inevitável nos próximos meses, trata-se de encontrar bases comuns para trocar salário por emprego. Ou seja, reduzir a jornada de trabalho e os salários por meio de acordo coletivo parece ser, por ora, a fórmula mais indicada para enfrentar a crise sem potencializar seus terríveis impactos sociais. (EDITORIAL. Salário por emprego. Folha de São Paulo. São Paulo. Caderno Opinião, 7 dez. 1997)

O jornal lamenta que a situação não seja consenso e elogia a postura do governo ao se afastar das discussões sobre como manter o nível de emprego na indústria. Segundo o jornal, na situação emergencial que o país vivia, a solução deveria ser encontrada fora do âmbito político, ou seja, diretamente pela empresa e pelos trabalhadores, com a indispensável flexibilização das relações trabalhistas, ainda que de forma retardatária, conforme observamos na conclusão do artigo:

Mas infelizmente, empresas e sindicatos vem acordando tarde para os imperativos da flexibilização das relações trabalhistas. O ideal seria negociar uma nova legislação, sem a pressão da crise, compatibilizar a CLT com a Constituição, provavelmente emendando ambas. (Idem)

A flexibilização da CLT como forma de estímulo a geração de emprego é tema de outro editorial da Folha de São Paulo, publicado no dia 12 de janeiro de 1998, com o título “Oportunidade de Emprego”. O assunto abordado é o projeto que criava o contrato de trabalho temporário, que havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia anterior.

A tônica do discurso é mostrar que num período de baixo crescimento econômico, a contratação com jornadas flexíveis, contratos temporários e dispensa de pagamento da multa rescisória ao final do contrato eram medidas importantes para amenizar a situação de desemprego.

O editorial ressaltava ainda que o referido projeto criava uma alternativa “aos rígidos padrões da CLT”, e assim, a nova modalidade de contratação prevista rompia com o paternalismo vigente e criava situações que poderiam ser negociadas entre sindicatos e empresas.

O texto se apoiava no fato de a CLT abranger apenas uma parte dos trabalhadores empregados. Nesta visão, o Estado, ao deixar de tutelar os direitos

trabalhistas, deixaria lugar para a negociação com as organizações sindicais, que por sua vez, teriam que agir com maior “responsabilidade”.

No dia 31 de janeiro de 1998 o então líder do governo no Senado, senador Élcio Álvares (PFL/ES¹²) comemorava a aprovação naquela Casa, por 51 votos contra 23, do projeto de lei que criava o contrato de trabalho por prazo determinado.

O senador capixaba reafirmava a narrativa empresarial e do governo da época que os entraves à geração de emprego estava na rigidez da legislação trabalhista e para isto citava exemplos de países como Japão e Estados Unidos, onde a folha de pagamentos tinha poucos encargos e a legislação flexível, o desemprego era baixo. O desempenho da economia não é citado.

A para Álvares, o projeto aprovado representava um passo fundamental na modernização das relações do trabalho no Brasil e faria o mercado reagir com dinamismo e geração de emprego.

Ao final do texto, o senador antecipa os inevitáveis protestos contra tal proposta, alegando que ela, antes de representar perdas de direitos, garantiria empregos, ainda que temporários. A conclusão do então líder do governo no Senado foi assim:

... Há quem afirme que foi criada uma segunda categoria de trabalhadores, que terão menos direitos sociais. Mas devemos observar o resultado coletivo que a medida alcançará. Foi com essa visão que o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou a iniciativa da proposta. O contrato por prazo determinado vai permitir que milhões de trabalhadores tenham acesso ao emprego. Não acaba com o desemprego, mas é um avanço. E não se discute: é melhor emprego temporário do que desemprego permanente. (ÁLVARES, E. Outra realidade. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 31 jan. 1998).

Para o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, as medidas provisórias baixadas pelo governo, permitindo a redução da jornada de trabalho com a correspondente redução de salários e suspensão temporária do contrato de trabalho por dois a cinco meses, além das propostas de alterações dos dispositivos constitucionais, era um ato de coragem, pois iria atrair a fúria de setores “corporativistas”, como sindicalistas, procuradores, advogados, juízes e alguns parlamentares, pois extraíam destas regras seus rendimentos.

¹² Partido da Frente Liberal, que em 2007 mudou sua nomenclatura, passando a ser Democratas, com a sigla DEM.

Nóbrega é mais uma voz a externar a inexorabilidade das mudanças nas relações de trabalho, diante das transformações que estavam em curso. Para ele, entretanto, a principal mudança já havia ocorrido, que era a mentalidade de empresários e trabalhadores. Estes últimos, a crer na afirmação do ex-ministro, estariam felizes com o fato de não ter mais seus direitos garantidos na legislação e livres para negociar com seus patrões. Assim, conforme Nóbrega:

A mudança mais importante já ocorreu, a da mente de trabalhadores e empresários. Somente os que olham pelo retrovisor e os que dependem do arcaico arcabouço jurídico do trabalhismo brasileiro ainda se apegam às normas ultrapassadas da CLT. (NÓBREGA, M. Legislação Trabalhista: o acessório inexplorado. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Mercado, 13 ago. 1996)

No dia 12 de setembro de 1998, às vésperas da eleição que deu o segundo mandato a Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, o empresário Ricardo Young da Silva criticava o governo pelo atraso na implementação de reformas que seriam imprescindíveis para que a estabilidade econômica iniciada com o Plano Real obtivesse êxito. Diante da crise que estourava nos países chamados “tigres asiáticos” e na Rússia, o articulista lamentava que, ao priorizar o projeto de reeleição, o governo teria descuidado da aprovação de tais reformas, que resultaram na “quebra da espinha dorsal do Real”.

As reformas não eram outras senão as sempre reclamadas pelo empresariado: reforma tributária e principalmente a flexibilização das relações de trabalho, que, reivindicava Young, teria de ser radical. Extraímos do texto o trecho:

O aperto fiscal precisa vir acompanhado de uma reforma tributária, para que a carga de imposto seja mais bem distribuída; de grandes estímulos às pequenas e médias empresas, que tem grande potencial empregador; de flexibilização radical da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), com o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho... (SILVA, R.Y. Desafio não comporta hesitações. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Opinião, 12 set. 1998).

7. Crescimento do desemprego contradiz teses de flexibilização

Apesar do avanço da agenda reformista, no último ano do primeiro governo de FHC, o Brasil apresentava crescentes níveis de desemprego. Reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo* no dia 31 de janeiro de 1999, com o título “Desemprego cresce 38% no governo FHC”, informava que

no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a taxa de desemprego nacional havia crescido 38%, passando de 6,5% para 9% da PEA.

Um ano antes, no dia 25 de janeiro de 1998, a Folha de São Paulo publicou um artigo do professor Márcio Pochmann, no qual ele constata que a maior liberalização do mercado de trabalho não havia resultado na abertura de postos de trabalho na economia e aprofundava o falso dilema do desemprego ou estratégias precárias de ocupação e sobrevivência.

No referido artigo, Pochmann faz um breve levantamento das políticas trabalhistas no Brasil pós 1930, quando foi criado o sistema corporativo de relações do trabalho, que segundo o autor teria influenciado positivamente na estruturação do mercado de trabalho e na expansão do emprego assalariado e formal.

Pochmann identifica duas ondas liberalizantes sobre esta estrutura: uma ocorrida no período da ditadura militar, com a repressão e controle dos sindicatos e uma segunda ofensiva na década de 1990.

Para o autor, se na primeira onda foram suprimidos mecanismos de participação dos trabalhadores; flexibilizado a estabilidade no emprego, com a criação do FGTS, arrocho salarial, retirada do poder normativo da Justiça do Trabalho e esvaziamento do Ministério do Trabalho enquanto instância reguladora, na década de 1990 a onda liberalizante atingiu a legislação trabalhista, ao introduzir, entre outras medidas, o fim da política de indexação de salários, a abertura do comércio aos domingos, introdução da figura do mediador nas negociações coletivas, a desregulação dos contratos por meio das cooperativas de trabalho, a redução da parte dos encargos sociais para os trabalhadores rurais, a introdução do regime do Simples para a contratação de trabalhadores para as microempresas e maior flexibilização dos empregos, por meio dos contratos por prazo determinado.

Tais medidas, apresentadas como modernizadoras e sob um cenário de desemprego e perda de competitividade da empresa nacional, com taxa de juros e câmbio valorizado e abertura comercial indiscriminada, atenderiam mais as demandas das empresas. Assim, Pochmann observa que:

As medidas liberais não interrompem o movimento em curso de desestruturação do mercado de trabalho, movido pelo maior desemprego (o dobro em relação ao final dos anos 80), pela redução de empregos assalariados sobre o total da ocupação (desassalariamento) e pela

geração de postos de trabalho precários e de baixa produtividade. (POCHMANN, M. A segunda onda liberal sobre o trabalho no Brasil. *Folha de São Paulo*. São Paulo. Caderno Mercado, 25 jan. 1998)

O artigo chama atenção para a política de responsabilização do desempregado por sua própria condição e de buscar na redução e flexibilização dos custos da mão-de-obra a saída para a situação, sem a relacionar com a política econômica então vigente, como observamos no trecho abaixo:

Por se restringir apenas aos parâmetros de funcionamento do mercado de trabalho, o governo federal coloca em prática, de um lado, o seu programa de empregabilidade, que tende a transferir para o desempregado a responsabilidade pela geração de sua própria ocupação.

De outro lado, trata de tornar mais atrativo para o empregador o uso da mão-de-obra, por meio de possibilidades adicionais de redução e flexibilização dos custos de sua contratação (corte de direitos e encargos sociais). (Idem)

Assim, ao contrário da modernidade prometida, a política neoliberal, aplicada em quase toda América Latina, provocou aumento dramático do desemprego, o empobrecimento e a perda de soberania o que levou a um quadro de frustração que culminou na eleição de governos que tinham discurso de oposição a este modelo em vários países da região, notadamente Brasil, Venezuela e Argentina.

8.Crescimento dos anos 2000 e geração de postos de trabalho

No Brasil, os primeiros anos do governo Lula não representaram grandes mudanças com a relação à política econômica que vinha sendo aplicada. Os preceitos macroeconômicos neoliberais – o tripé econômico implementado por FHC em 1999 (câmbio valorizado, metas de inflação e superávit primário) foram mantidos.

Somente a partir de 2004, e mais intensamente de 2006, houve um retorno à maior participação estatal na economia, embora tenha se preservado alguns dos principais fundamentos do modelo neoliberal, como a estabilidade fiscal e controle do gasto público para gerar superávit primário.

Diante da eclosão da crise do capitalismo mundial, em 2008, o governo brasileiro adotou uma política anticíclica de fortalecimento do mercado interno, aumentando o crédito disponível e injetou recursos em alguns setores da economia com objetivo de dinamizar o mercado e manter baixos níveis de desemprego.

O investimento no mercado interno, o estímulo ao crédito e ao consumo apresentaram resultados positivos na economia. Houve um significativo aumento no nível de emprego, principalmente no setor de serviços e construção civil, que foram estimulados com programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e suas derivações, como o “Minha Casa Minha Vida”. Fagnani (2014) observou que:

Nos últimos 12 anos, o Brasil logrou importantes progressos sociais. O fato determinante foi o crescimento da economia, que, após 25 anos, voltou a ter espaço na agenda governamental, e foram adotadas políticas fiscais e monetárias menos restritivas. Essa postura foi reforçada em 2007, ano do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a crise financeira internacional de 2008, adotaram-se medidas anticíclicas e os bancos públicos lançaram uma estratégia agressiva de ampliação do crédito, que mais que dobrou, praticamente, entre 2003 e 2013.

O crescimento abriu espaço para a geração de empregos. Entre 2003 e 2013, mais de 22 milhões de empregos formais foram criados, e a taxa de desemprego caiu pela metade (de 12,3%, para 5,5%). O valor do salário mínimo aumentou mais de 70% acima da inflação¹³.

Assim, podemos observar que nos anos 2000, principalmente depois da primeira metade da década, apresentou uma significativa melhora nos índices de emprego.

No início da década, em fevereiro de 2001, as informações da PED (Pesquisa Emprego Desemprego), da Fundação Seade e do Dieese, mostravam que a taxa de desemprego total tinha passado de 16,3%, em janeiro, para 17,0% da População Economicamente Ativa (PEA), apresentando movimento usual para o período. O contingente de desempregados foi estimado em 1.527.000 pessoas¹⁴.

Ao final da década, em novembro de 2010, informações da PED, realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese na Região Metropolitana de São Paulo, mostravam uma taxa de desemprego total relativamente estável, ao passar de 10,9%, em outubro, para 10,7%. Segundo suas componentes, esse resultado

¹³ Artigo publicado em 29/07/2014 site Brasil em debate sob o título “A questão social e Plano de Transformação Nacional. Disponível em <http://brasildebate.com.br/a-questao-social-e-o-plano-de-transformacao-nacional/#sthash.S47CP1lu.dpuf>

¹⁴ Taxa de desemprego atinge 17% da PEA. Texto publicado no Boletim da Fundação Seade, em fevereiro de 2001. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/boletim-ped/fev2001-195/?id=periodo>, acessado em 20 de outubro de 2015

refletiu a relativa estabilidade das taxas de desemprego aberto (de 8,4% para 8,1%) e oculto (de 2,5% para 2,6%).

Ainda segundo a PED, em novembro de 2010, o contingente de desempregados foi estimado em 1.150 mil pessoas¹⁵.

Os resultados do final da década refletiam uma recuperação dos níveis de emprego, após uma oscilação em 2009, como consequência da crise econômica deflagrada em 2008 nos países do centro do capitalismo mundial.

A tendência de estabilidade nos índices de desemprego se manteria até 2014, final do primeiro governo de Dilma Roussef (PT), quando já se anunciava que o país estava enfrentado uma crise e que se agravariam após os ajustes na política econômica a partir de 2015.

Notícia publicada pela Agência Brasil, no dia 18 de dezembro de 2014, sobre os dados da PED da Fundação Seade e do Dieese, informava que a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo apresentava decréscimo em novembro ao passar de 10,1% em outubro para 9,8%, segundo informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). De acordo com a reportagem, os dados mostravam que no período o total de desempregados foi calculado em 1,070 milhão de pessoas, 39 mil a menos do que no mês anterior. O número é decorrente da redução da População Economicamente Ativa em 0,6%, com 63 mil pessoas deixando o mercado de trabalho e de leve estabilização do nível de ocupação, que eliminou 24 mil postos de trabalho – queda de 0,2%.

Ainda conforme informação da Agência Brasil, os dados mostravam também que em novembro o nível de ocupação variou -0,2% e o número de ocupados foi estimado em 9,847 milhões de pessoas.

De acordo com a PED, entre setembro e outubro o rendimento médio real dos ocupados e assalariados foi R\$ 1.891 e R\$ 1.893,00. A massa de rendimentos dos ocupados cresceu apenas 0,3% e a dos assalariados 0,7%. O número de assalariados ficou praticamente estável (-0,1%) em novembro. No setor privado, os postos de serviço com carteira assinada aumentou 0,5% e o

¹⁵ Desemprego relativa estabilidade. Disponível em <http://www.seade.gov.br/desemprego-em-relativa-estabilidade/> acessada em 20/10/2015

sem carteira diminuiu 1,4%. A quantidade de autônomos aumentou 1,1% e o número de empregados domésticos teve retração de 1,8%¹⁶.

O quadro apontado acima, já na década atual, mostra o final do ciclo de estabilidade nos níveis de emprego que havia marcado o período anterior. Com a proximidade da eleição de 2014 e agravamento da crise internacional, intensificava-se o debate sobre a necessidade de um ajuste na economia, como forma de evitar o retorno do ciclo inflacionário.

Assim, para alguns economistas, a política macroeconômica de estímulo ao consumo e baixo desemprego o principalmente o segundo governo de Lula e primeiro governo de Dilma Roussef havia levado a economia brasileira ao risco do retorno do ciclo inflacionário.

Alinhados à ortodoxia neoliberal, tais economistas defendem que o baixo crescimento econômico e a suposta tendência à volta do ciclo inflacionário são consequência da política de incentivo ao consumo e o alto nível de empregabilidade, que estaria pressionando os salários para cima e comprometendo a produtividade dos trabalhadores. Uma tese que encontrou forte receptividade nos principais veículos de imprensa. A saída que apontavam para esta suposta crise era simples: aumentar o desemprego e restringir o consumo.

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central, colunista do jornal Folha de São Paulo, era um dos principais entusiastas desta tese. Para ele a “A saída [*de uma suposta crise inflacionária*] é frear a economia. É demitir mesmo”¹⁷. Outro nome conhecido do mundo das finanças, Illan Goldfajn, também defende a esta tese. Empregos e salários em alta estariam trazendo de volta o ciclo inflacionário. Dentro desta análise, diante da ameaça inflacionária, a coisa sensata a se fazer é subir os juros e promover o desemprego para que o consumo caísse¹⁸.

Outros economistas também corroboram a tese de frear a economia para conter a inflação. Para José Pastore:

¹⁶ Taxa de desemprego em São Paulo apresenta leve queda em dezembro. Reportagem de Flávia Albuquerque, publicada na Agência Brasil em 18 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2014/12/taxa-de-desemprego-em-sao-paulo-apresenta-leve-queda-em-novembro> acessado em 20 de outubro de 2015.

¹⁷ Fonte: Jornal Zero Hora, edição de 1º de maio de 2013. *Saída para reduzir a inflação é aumentar o desemprego?*

¹⁸ Idem

Existe a opção de aumentar a produção para que a oferta fique abundante ou aumentar a produtividade para baixar o custo do trabalho. Mas essas duas opções, em geral, são lentas. Então, a primeira alternativa seria buscar a redução do emprego. Isso reduz a pressão sobre o consumo e a inflação. No Brasil, os salários e benefícios estão crescentes, mas não são acompanhados pela produtividade. O trabalhador brasileiro produz 20% do americano, por exemplo. Seria uma medida amarga, mas, se a inflação continuar subindo, o governo terá de frear o emprego para não deixar corroer o poder de compra¹⁹.

Por outro lado, economistas alinhados às escolas heterodoxas, para os quais o governo deve utilizar seus mecanismos econômicos para perseguir a igualdade social, rejeitam a proposta de desemprego com forma de acelerar a economia. Para Luiz Gonzaga Belluzzo:

O governo tem de equilibrar sua política monetária para não deixar a inflação sair do controle, mas tem que ir devagar, tentando reformar a economia e retirar os resquícios da alta inflação, como os indexadores de financiamentos e renegociações contratuais. A curto prazo, não irá conseguir jogar a inflação no centro da meta, a não ser que cause desemprego, mas o efeito seria muito forte. A questão da inflação no Brasil envolve corrigir os desvios. A política de metas de inflação tem como fundamento a ideia de que é possível coordenar as expectativas de trabalhadores e empresários, de que o Banco Central irá reagir se excederem em suas demandas. Na Alemanha, por exemplo, empresários e trabalhadores fazem a renegociação independente de juros e meta da inflação²⁰.

Para Luiz Augusto Estrella Faria, especialista em mercado de trabalho e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística:

Aumentar o desemprego é sempre a pior opção, pois tem custo social alto. A inflação tem sido causada por alguns choques de oferta em razão de safra agrícola e pelo setor de serviços, que jogou os preços para cima ao perceber aumento do consumo. A alta nos custos das empresas é resultado de reajuste das matérias-primas e os salários, mas a alta dos salários é um bom sinal para a economia. Quando se fala em produtividade estagnada, é preciso lembrar que isso também ocorre por falta de investimento dos empresários em máquinas e tecnologia. Se for achar um culpado pela inflação e as expectativas de que a alta de preços prosseguirá não é o trabalhador, mas o empresário que está jogando o preço para cima²¹.

Tal debate mostra que a questão do emprego não se resume a questão econômica. É, antes de tudo, uma disputa política, como veremos na conclusão deste trabalho.

¹⁹ Idem

²⁰ Ibidem

²¹ Idem Ibidem

9. Narrativas do movimento sindical

Conforme observamos, as mudanças na estrutura produtiva e as consequências do ajustamento econômico neoliberal representaram também profundas mudanças na forma de atuação do movimento sindical. A década de 1990 foi marcada, no geral, por mobilizações em defesa do emprego e manutenção dos direitos trabalhistas, constantemente ameaçados em nome da chamada modernização das relações de trabalho. A palavra de ordem, “nenhum direito a menos” adotada por setores do movimento sindical deixava claro o contexto de enfrentamento.

A imprensa sindical neste período vai refletir esse movimento de resistência à implementação das políticas neoliberais e vai mostrar também o movimento de refluxo do movimento sindical. Conforme observou Vito Giannotti:

...Os anos 80/90 foram os anos da melhor fase da imprensa sindical. A fase do ascenso das lutas, quando o Brasil foi campeão de greves no mundo: de 1978 a 1990. Depois a imprensa sindical refluiu o influxo do movimento. Os jornais diários escassearam ... Durante este período a imprensa sindical teve um papel imprensa contra-hegemônica na luta contra o neoliberalismo, num momento em quase desapareceu toda a imprensa alternativa. Quem foi que fez a campanha contra as privatizações na época de ouro do neoliberalismo de FHC? Como foi feita a batalha contra a Reforma da Previdência, sem ser pelos jornais sindicais? Não entro no mérito, se ganhamos ou não. Mas a imprensa sindical cumpriu papel da imprensa partidária que não existiu. Qual jornal de esquerda cumpriu este papel?²²

Assim, dentro da questão colocada por Gianotti, observamos em alguns boletins sindicais da época a discussão sobre a questão do desemprego, alteração da CLT, flexibilização de direitos, e temas como as privatizações, a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Conforme observado por Petrolli (2003), “*A partir dos anos 1990, os jornais sindicais incluíram em seus noticiários mais temas como: alto índice de desemprego, as alterações na CLT e a ALCA*”²³.

Neste contexto, o jornal do Sindicato dos Químicos do ABC, filiado à CUT, na edição da primeira semana de abril de 1996, traz o seguinte texto:

O Dia de Luta faz parte da campanha emergencial unificada lançada pelos Sindicatos Químicos do ABC e São Paulo há três semanas, diante

²² Entrevista do escritor e dirigente do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) Vito Gianotti, publicada pelo Sindicato dos Bancários da Bahia.

Disponível em <http://bancariosbahia.org.br/2012/index.php?menu=entrevsta&cod=19>, acessado em 27/10/2015

²³ Petrolli.V – Imprensa Sindical no Grande ABC. Texto apostilado.

das dificuldades em que o trabalhador se encontra e também ao crescente desemprego que está assolando o País – só agora em fevereiro atingiu índice recorde do Plano Real, de 5,7%. As pautas com reivindicações já foram enviadas as empresas. A redução da jornada de trabalho é uma das propostas que o Sindicato apresenta para enfrentar o aumento do desemprego. Se houvesse uma redução de jornada para 30 horas semanais – hoje a categoria tem jornada de 33h36 mim, 40h ou 44h – haveria um crescimento de 25% ao nível de emprego na região do ABC nesse setor. No País, seriam 125 mil novos postos de trabalho na base química, petroquímica e plástica. É isso aí companheiros: vamos lutar por aumento real, participação nos lucros ou resultados, delegados sindicais e também pela criação de novos postos de trabalho, pois são muitos os companheiros que hoje estão desempregados²⁴.

A TVT (canal de televisão mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Sindicato dos Bancários de São Paulo) mostrou em um vídeo documentário a memória das lutas no período de auge do neoliberalismo e avanço do desemprego. O vídeo, intitulado “O grito dos trabalhadores frente ao massacre da modernidade” foi produzido com imagens da época tem como fio condutor a mudança do ABC para Santa Catarina da metalúrgica Multibrás, com o fechamento da fábrica e demissão dos trabalhadores. O texto de abertura do documentário retrata a narrativa dramática do momento:

Ficou decidido que a modernidade nos governaria. Nem dez anos se passavam e o neoliberalismo revelava velhas verdades, novos-velhos conceitos. Milhares de empregos foram eliminados. A luta se deu. As assembleias foram tristes, mas de esperanças, de futuros. Sobrou, ainda bem, a capacidade de trabalhar, de se indignar, de renovar sonhos, de se fazer mais flexível, de ser mais forte e de fazer mais fortes as fábricas que restaram. Ainda bem que os trabalhadores de outros lugares deram ouvidos aos sobreviventes daqui. A luta continua e sempre continuará²⁵.

Por outro lado, Petrolli observa que, a partir de 2002, os informativos da imprensa sindical ligada à CUT se colocam como suporte da candidatura de Lula à presidência e comemora o resultado da eleição com a perspectiva de mudança no cenário político. A edição de Outubro de 2002 do jornal Notícias Bancárias, do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do ABC, traz na primeira página o seguinte texto:

Está escrito nas urnas: o povo quer mudança. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o grande vitorioso nas eleições e outros partidos de oposição tiveram um crescimento de aproximadamente 35% em suas bancadas no Congresso Nacional. Isso mostra o descontentamento com

²⁴ Sindiquim, edição nº 962, de 1 a 7 de abril de 1996, p.4. Extraído de Petrolli.V – Imprensa Sindical no Grande ABC. Texto apostilado.

²⁵ Memória TVT exibido em 23/01/2015 Tema: Multibrás- O grito dos trabalhadores frente ao massacre da modernidade. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nqX3qPa9i8c>

os políticos tradicionais e com o modelo de desenvolvimento que ao invés de alavancar o país, trouxe desemprego e miséria para o povo²⁶.

Em janeiro de 2003, em edição que comemorava a posse Lula na Presidência da República, a Folha Bancária, órgão do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Osasco trazia na capa a seguinte chamada:

A nova cara do Brasil: A esperança venceu o medo e o País viveu, dia 1º, a mais bela celebração democrática de sua história na posse do retirante, ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República...

Quatro anos depois, na posse para o segundo mandato de Lula em janeiro de 2007, o mesmo periódico manifestava apoio ao governo e comemorava a mudança no cenário de desemprego no país, conforme extraímos no trecho abaixo do texto publicado em primeira página:

Outro país – O governo estima em 7 milhões o número de empregos criados nos últimos quatro anos, dos quais 5 milhões com carteira assinada. O rendimento médio do brasileiro passou de R\$ 837 para R\$ 1.036 no período. De cada dez negociações salariais, nove tiveram reajustes iguais ou acima da inflação. Este ano, o ganho real acumulado pelo salário mínimo chegará a 32%.

O final da década culmina com a terceira vitória seguida do Partido dos Trabalhadores, agora com Dilma Roussef, o que saudado na Folha Bancária, como uma vitória da classe trabalhadora na edição de janeiro de 2010.

Trabalhadores – Dilma assumiu compromissos com a Plataforma da Classe Trabalhadora, que serão cobrados. “Nosso empenho por uma sociedade mais justa se dará com a cobrança de medidas tanto do governo quanto do Congresso para nossas reivindicações”, ressalta Juvandia [Moreira - presidente do Sindicato dos Bancários), lembrando pontos fundamentais para o país como a política de valorização do salário mínimo, a atualização da tabela do imposto de renda, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a ratificação da Convenção 158 da OIT. (Parêntesis do autor).

Resistência, luta, esperança. O contexto político das décadas de 1990 e 2000 foi assim retratado nos meios de comunicação do movimento sindical. Luta contra o desemprego, pela manutenção de direitos marcaram o primeiro momento. Esperança de avanços após a eleição de Lula deu o tom nas publicações dos sindicatos ligados ao movimento sindical cutista. Entretanto, não foi possível apontar neste trabalho a diversidade e contradições de todo o

²⁶ Petrolli.V – Imprensa Sindical no Grande ABC. Texto apostilado.

movimento sindical refletido em suas publicações. Conforme observado por Momesso:

A dinâmica da comunicação sindical está estreitamente relacionada com a dinâmica da prática sindical. E esta, com as concepções sindicais, com os objetivos estratégicos da ação sindical, com as concepções políticas. Diferentes políticas sindicais incluem diferentes práticas comunicacionais. (2013, p.77).

10. Conclusão

O que se coloca em discussão é a concepção de Estado e a disputa por seus recursos. Sob o pretexto de combater o desemprego, cria-se a necessidade de flexibilizar a legislação e cortar direitos conquistados. Por outro lado, para conter a alta da inflação, é necessário frear a economia e gerar um nível de desemprego. Cria-se, portanto, um discurso de tragédia iminente e que serão necessários sacrifícios para evitá-la.

Sobre a construção deste discurso, Moraes, observa que:

A narrativa neoliberal – produção de ideias, imagens, valores – descreve e pretende explicar os supostos despautérios do mundo social “regulado politicamente”. Para a reforma dos serviços públicos, como se sabe, aponta a supremacia do mercado como mecanismo alocador de recursos (eficiência) e também como gerador de justiça, igualdade e liberdade. Desenha a iminência do apocalipse para insinuar propostas salvacionistas. As demais visões de mundo são acusadas de caudatárias de “interesses especiais”, estratégias de um populismo de novo tipo²⁷...

A discussão colocada sobre a dicotomia desemprego x flexibilização ou emprego x inflação nada mais é do que a disputa entre capital e trabalho. Luta de classe, portanto. Com níveis de emprego mais elevados os trabalhadores acumulam força para reivindicar melhores salários e condições de trabalho e por sua vez há o fortalecimento do movimento sindical, uma vez que o “medo” de demissão e do desemprego é menor.

Por outro lado, num cenário de emprego escasso, a tendência é a luta pela sobrevivência, do avanço da precarização das condições de trabalho, de refluxo das lutas sindicais, como vimos acontecer na década de 1990.

Foram estas disputas, refletidas através das narrativas em meios de comunicação selecionados, empresariais e sindicais, que buscamos mostrar neste trabalho.

²⁷ Moraes. REGINALDO C. *Reformas Neoliberais e políticas públicas: Hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade*, in *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. O caracol e sua concha. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Editora Boitempo. São Paulo: 2005.

CARDOSO, A.M. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. Editora Boitempo. São Paulo: 2003.

CARNEIRO, R. O desenvolvimento revisitado. São Paulo em Perspectiva, F. Seade, v.20, n.3, jul-set. 2006.

JOSÉ, E. Jornalismo de Campanha e a Constituição de 1988. Editora da UFBA. Salvador: 2010.

MATTOSO, J. O Brasil Desempregado – Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Editora Fundação Perseu Abramo. 2ª Ed. São Paulo: 1999

MOMESSO, L. Comunicação Sindical – Limites, contradições, perspectivas. Editora Universitária da UFPE. 2ª Ed. Recife: 2013.

POCHMANN, M. A década dos Mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. Editora Contexto. São Paulo 2001.

POCHMANN, M. O Emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo Editorial. São Paulo: 2001.